www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v.30, n.164, 2026 | DOI: 10.69849/3tf4jp53

Barreiras e perspectivas na inclusão de crianças de 4 a 5 anos na rede municipal de Guapiara

Barriers and perspectives regarding the inclusion of 4- to 5-year-old children in the municipal school system of Guapiara

Vanessa Di Cola Dias Batista[1]

Darciso Pinto de Godoi[1]

RESUMO

O presente artigo trata da inclusão de crianças de 4 a 5 anos na Educação Infantil, sendo um tema que merece atenção, pois todas as crianças têm o direito de participar e estarem inclusas nas atividades escolares, conviver com os colegas e desenvolver habilidades voltadas a sua faixa etária, onde sejam respeitados seus direitos e suas diferenças. Existem inúmeras discussões acerca da educação inclusiva, porém ainda é de extrema importância e relevante lembrar que é notório que existem muitas dificuldades que fazem parte da realidade das escolas em Guapiara. Desta forma, fica claro que a falta de formação adequada dos docentes, a falta de materiais adaptados, as limitações dos espaços físicos e a necessidade de maior apoio às práticas pedagógicas não contribuem para uma verdadeira inclusão.

A partir desse contexto, esse artigo tem o objetivo de refletir sobre as inúmeras barreiras encontradas pelos alunos e as perspectivas da inclusão de crianças de 4 a 5 anos na rede municipal de Guapiara-SP.

A inclusão precisa parar de ser vista por muitos, e não pode ser vista apenas como a criança na escola, ocupante de espaço sem aprendizagem, mas é necessário vê-la e compreender que a criança precisa ter condições acessíveis para que ela participe das atividades, interaja com os colegas, brinque e desenvolva suas capacidades. Sendo assim, é importante o fortalecimento das práticas de inclusão, e o compromisso de toda a equipe envolvida no processo educativo, para que a partir daí a escola seja um espaço de

[1] Ivy Enber Christian University – Courtland St – Orlando – Estados Unidos.
https://enberuniversity.sistemasiga.net/inicio

acolhimento, aprendizado respeitando as diferenças e igualando direitos para todas as crianças.
Palavras-chave: Inclusão na Educação infantil. Gestão pública. Formação docente. Guapiara-SP.

ABSTRACT

This article addresses the inclusion of 4- to 5-year-old children in early childhood education—a topic that warrants significant attention, as all children have the right to participate in and be included in school activities, interact with their peers, and develop skills appropriate for their age group, all while having their rights and individual differences respected. While there is extensive discourse surrounding inclusive education, it remains crucial to acknowledge the significant challenges that characterize the reality of schools in Guapiara. Specifically, a lack of adequate teacher training, a shortage of adapted materials, limitations in physical space, and a need for greater support for pedagogical practices all hinder the realization of true inclusion.

Against this backdrop, this article aims to reflect on the various barriers encountered by students and the prospects for the inclusion of 4- to 5-year-old children within the municipal school system of Guapiara, São Paulo.

Inclusion must no longer be viewed—as it often is—merely as the physical presence of a child in a school space without meaningful learning. Instead, it must be understood as the provision of accessible conditions that enable a child to participate in activities, interact with peers, engage in play, and develop their full potential. Consequently, it is essential to strengthen inclusive practices and secure the commitment of the entire educational team. In doing so, the school can become a welcoming environment for learning—one that respects individual differences and ensures equal rights for all children.

Keywords: Inclusion in early childhood education. Public management. Teacher training. Guapiara-SP.

1. INTRODUÇÃO

Dentro desse contexto e cenário, a inclusão dos estudantes com autismo assume uma única centralidade voltada aos debates educacionais, devido à crescente singularidade do desenvolvimento infantil sem causar o comprometimento de participação, aprendizagem e pertencimento das responsabilidades da escola.

Entretanto, a materialização dos pressupostos inclusivos no cotidiano das escolas — nesse contexto, a inclusão de estudantes com autismo assume centralidade nos debates educacionais, especialmente diante da crescente demanda por processos de escolarização capazes de contemplar as singularidades do desenvolvimento infantil sem comprometer os princípios de participação, aprendizagem e pertencimento escolar — revela um conjunto de contradições, limites institucionais e conflitos pedagógicos que atravessam a implementação das políticas públicas educacionais.

Na Educação Infantil, muitos desses conflitos e desafios demonstram suas particularidades, onde essa modalidade da educação tem um fator decisivo para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional das crianças, visando o pleno desenvolvimento nessa faixa etária dos 4 a 5 anos, onde essas crianças que apresentam autismo precisam e necessitam de uma base eficaz para uma construção de práticas pedagógicas variadas de aprendizagem, voltadas a processos que garantam continuadamente a formação dos professores, do suporte institucional, da acessibilidade do currículo e da organização escolar que deva estar comprometida e responsável com a verdadeira inclusão.

A educação inclusiva na rede municipal ainda aparece marcada por inúmeros conflitos voltados à falta de materiais pedagógicos, falta de formação dos docentes, as barreiras e os desafios dos discursos inclusivos ainda são um desafio que precisa ser repensado desde as suas condições concretas de sua implementação até a prática diária escolar. O cenário atualmente nos mostra inúmeros questionamentos de como a rede municipal de ensino tem levantado respostas ao surgimento das demandas voltadas à inclusão escolar, no atendimento às crianças com autismo na Educação Infantil, onde até o momento não se pode dizer que tais situações estão sendo vistas de maneira a buscar uma solução viável.

É em meio a esse cenário que o presente artigo tem investigação sobre as inúmeras barreiras encontradas no âmbito escolar de crianças com autismo, na faixa etária de 4 a 5 anos, matriculadas na Educação Infantil da rede municipal de ensino de

Guapiara. A pesquisa emerge da interlocução entre experiências produzidas no cotidiano escolar e inquietações voltadas à prática educativa, compreendendo e entendendo a escola como espaço significativo, atravessado por disputas discursivas, processos institucionais e múltiplas racionalidades que produzem efeitos sobre os modos de compreender e operacionalizar a inclusão.

Quais são os desafios enfrentados pelos alunos autistas da educação infantil de 4 a 5 anos, e as perspectivas para a efetivação da educação inclusiva na rede municipal de ensino de Guapiara?

A pesquisa consiste em compreender quais obstáculos permeiam os processos de inclusão escolar de crianças com TEA na Educação Infantil da rede municipal de Guapiara, bem como analisar as perspectivas de fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas nesse contexto.

A educação no município de Guapiara apresenta inúmeras perspectivas positivas, desde que haja o comprometimento e o fortalecimento de políticas públicas viáveis, que abranjam formação continuada dos professores com profissionais qualificados na área inclusiva, ampliação de recursos para o atendimento dos alunos de educação especial. Segundo a legislação 13.146\2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e Lei 9.394\ 1996 (LD) ela prevê o acompanhamento do psicopedagogo para apoiar as ações de inclusões nas avaliações dos alunos e no auxílio dos professores, mostrando que há possibilidades para o fortalecimento de práticas inclusivas na rede.

Michel Foucault nasceu em 1926 e viveu até 1984, ele era filósofo francês, e teve seus estudos embasados nas relações do poder e saber, facilitando em ajudar a compreender as formas de se organizar dentro das instituições sociais. Segundo sua obra Vigiar e punir (1987), o autor buscou compreender os mecanismos disciplinares e os processos de normalização voltados ao âmbito das instituições. No meio educacional, suas reflexões voltaram-se para questionamentos das práticas que criam padrões parecidos de comportamento e o desenvolvimento da aprendizagem, que, de certa forma, visou contribuir para analisar os desafios e as barreiras que podem piorar dificultando a participação de crianças com deficiência no ambiente escolar. Desta forma essa perspectiva oferece segmentos que facilitam a compreensão crítica das práticas e os meios eficazes para o reconhecimento das diferenças em sua totalidade.

Do ponto de vista de Michel Foucault, no contexto da educação infantil do município de Guapiara, a perspectiva foucaultiana nos permite repensar e questionar

sobre a possível organização do ambiente escolar, voltando para as práticas dos professores, as expectativas de todos os funcionários envolvidos em criar meios suficientes que favoreçam a participação e a inserção de todas as crianças com autismo, diminuindo as barreiras para que essas crianças aprendam e desenvolvam de forma diferenciada o seu aprendizado.

Com as contribuições de Foucault, é possível observar como as práticas escolares, as normas, os discursos de certa forma podem desconstruir a participação do aluno com deficiência. Desta forma a inclusão não se volta somente ao acesso da escola, mas em torno das transformações do cotidiano escolar, diversas práticas excludentes e da construção de uma cultura que tenha como meta a valorização das diferenças.

Enfim, a perspectiva foucaultiana contribuiu para que haja a compreensão de que os alunos com deficiências precisam de mudanças estruturais na organização de espaços, alterações na prática pedagógica, desfocando o foco da adaptação do aluno para a responsabilidade da escola em garantir condições de sociabilidade,
aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos de qualidade.

Essa investigação se torna necessária, tanto pela necessidade de se aprofundar mediante as discussões voltadas à inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil quanto pela forma de se fazer uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas educacionais desenvolvidas no contexto municipal de Guapiara, diante disso espera-se que o estudo construa uma abrangente produção de conhecimentos capazes de subsidiar e fortalecer os meios das práticas pedagógicas voltadas à inclusão, a qualificação do processo em sua totalidade e a construção de uma educação comprometida com sociedade, a equidade e o reconhecimento das diferenças sob inúmeras divergências.

Objetivos Específicos

- Investigar os desafios encontrados pelos docentes na educação infantil com alunos com autismo (TEA).
- Analisar a falta de formação dos professores para o atendimento com crianças com autismo na Educação Infantil.
- Entender e compreender as práticas pedagógicas dos professores para o favorecimento dos alunos com autismo.

- Compreender e examinar condições oferecidas pela gestão escolar e gestão pública.
- Observar e identificar as barreiras que podem atrasar e comprometer a inclusão escolar.
- Criar e propor estratégias para o desenvolvimento da inclusão.

2. JUSTIFICATIVA

Na educação inclusiva, mesmo havendo uma produção científica voltada ao crescimento significativo nos últimos anos, ainda é notório que grande parte dos estudos ainda se embasa nos aspectos legais, conceituais, e se voltam somente para as características do transtorno, sendo limitadas as pesquisas que visam discutir de forma ampla os inúmeros desafios enfrentados pelos professores em sua prática pedagógica, considerando desta forma a falta de formação docente para atender essa clientela, adaptação curricular, falta de recursos pedagógicos, falta de apoio institucional e entrosamento e articulação entre escola e família. No Brasil, embora os avanços tenham ampliado o direito à educação para estudantes público-alvo da Educação Especial, a efetivação dos pressupostos inclusivos ainda gera tensões, conflitos, barreiras entre os mais diversos discursos entre as políticas implementadas e as condições concretas vivenciadas nas instituições escolares.

Atualmente, alguns dados que foram mostrados pelo Censo Escolar da Educação, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mostram um elevado crescimento contínuo em relação a matrículas de estudantes com autismo. Desta forma, pode-se observar que em 2023 tinha aproximadamente 636 mil estudantes diagnosticados com autismo, passando para 2024 com o crescimento em 884 mil matrículas, passando o crescimento de 39% em relação ao ano de 2023, mostrando claramente o aumento na Educação Infantil e no ensino fundamental. Os dados deixam claro e mostram o quanto é necessário urgentemente capacitar os professores, preparando os mesmos para entender como trabalhar a acessibilidade e oferecer atendimento educacional especializado. O apoio de toda a equipe da escola é fundamental, para garantir uma educação inclusiva de qualidade e com eficiência, tendo como objetivo propostas viáveis à realidade dos alunos. Contudo, a ampliação quantitativa do acesso não elimina os desafios, as dificuldades voltadas à aprendizagem, sendo necessária a construção de processos educativos comprometidos com a diversidade humana.

Tal cenário torna relevante a produção de meios investigativos que possam estar centralizados exclusivamente nos marcos da inclusão, direcionando e voltando o olhar para como são repensados os meios eficazes pelos quais a inclusão é vivida dentro da escola.

A inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil assume particular relevância investigativa. Trata-se de uma etapa educacional decisiva para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional da criança, na qual as experiências na faixa etária de 4 a 5 anos demandam condições institucionais, organizacionais e pedagógicas construindo o desenvolvimento infantil através da interação do que lhe é proporcionado.

No âmbito da rede municipal de ensino de Guapiara, a investigação proposta torna-se pertinente diante da necessidade de compreender como se constituem as práticas inclusivas destinadas às crianças com TEA, quais desafios atravessam a atuação docente, quais condições estruturais sustentam — ou limitam — os processos de inclusão escolar e de que forma as políticas públicas incidem sobre a organização das práticas educativas desenvolvidas nesse contexto.

Do ponto de vista acadêmico, essa pesquisa pretende construir e ampliar meios de reflexões e as formas pelas quais a educação inclusiva constrói concepções e desconstrói barreiras no âmbito escolar, viabilizando os meios satisfatórios de inclusão.

No plano social, a investigação justifica-se pela necessidade de fortalecimento de políticas e práticas educacionais comprometidas com a garantia do direito à educação, com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de ambientes escolares mais equitativos, acessíveis e socialmente responsivos. Ao focalizar a realidade da rede municipal de ensino de Guapiara, o estudo poderá oferecer subsídios analíticos relevantes para a reflexão sobre formação docente, organização curricular, gestão educacional e implementação de políticas inclusivas direcionadas à Educação Infantil.

Essa pesquisa tem como meta aprofundar subsídios entre experiência profissional de funcionários da rede municipal de Guapiara, visando observar inquietações e desafios produzidos no cotidiano escolar e problematizações desenvolvidas na inclusão. Essa articulação não busca apenas identificar dificuldades ou propor soluções para a inclusão escolar, mas compreender criticamente as condições de possibilidade que apresentam determinadas práticas, discursos e formas de governamento para a Educação Especial, desenvolvendo desta forma a ampliação de

novos horizontes sobre inclusão.

2.1 Educação inclusiva: fundamentos conceituais, disputas políticas e desafios contemporâneos

A inclusão é vista como principal dificuldade que atravessa diversas políticas, apresentando vários direitos que embasam a forma de valorizar as inúmeras diversidades na construção de uma escola igualitária para sanar todas as diferenças. Entretanto, compreender a inclusão exige ultrapassar uma perspectiva inteiramente normativa ou técnico-operacional, sendo considerada como uma disputa epistemológica, política, pedagógica e institucional.

A educação inclusiva não pode e nem deve ser vista e nem compreendida como a certeza de que o aluno tenha acesso ao ensino, e que essa criança seja apenas mais um aluno matriculado, o mesmo deve ser visto como um indivíduo capaz de superar limitações e ter segurança no meio no qual está inserido, tendo como meta a garantia de que todos seus direitos estão sendo assegurados, a partir da construção de condições que visem assegurar participação, aprendizagem, considerando diferentes características e formas de aprender de cada indivíduo.

A inclusão implica no questionamento de modelos escolares que se fundamentam na homogeneização dos alunos e na expectativa de que todas as crianças aprendam da mesma forma, mediante o mesmo ritmo e as mesmas estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores.

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994, representou importante marco na consolidação de princípios que tiveram relação à escolarização das pessoas com deficiências específicas. O documento defendeu a construção de escolas, que fossem capazes de acolherem e responderem a diferentes necessidades dos alunos.

No Brasil, os princípios voltados à educação inclusiva passaram a ganhar o seu lugar de destaque no órgão jurídico, e nas políticas educacionais a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB nº 9.394/1996 —, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,2008) e da Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – Lei nº 13.146\ 2015, onde esses dispositivos contribuíram para a consolidação da

educação como direito a ampliação e responsabilidade do Estado e das instituições a garantir a escolarização dos alunos da Educação especial.

Entretanto, o avanço da legislação não foi significante por si próprio na concretização de inserção no cotidiano escolar. Desta forma, essas existências legais dão condições apenas necessárias, mas não de forma suficiente para a transformação de práticas, culturas ou até mesmo estruturas educacionais. Conforme argumenta Mantoan (2003), a inclusão pressupõe mudanças nas instituições, no currículo, nas formas de avaliar, nas práticas pedagógicas, e acima de tudo nas concepções da diferença de aprendizagem.

Nesse contexto e direção, torna-se fundamental distinguir os conceitos de integração de escola e inclusão escolar.

Os modelos integracionistas e suas perspectivas estiveram historicamente voltados à ideia de que a inserção do aluno na rede regular de ensino ocorre mediante condições e adaptações, tendo como lógica recair esse ajustamento sobre o próprio aluno, não tendo acerca de si a própria concepção de erro.

Já por sua vez, a perspectiva da educação inclusiva volta-se para o deslocamento de questões para a organização do sistema educacional, confrontando questionamentos acerca de barreiras encontradas nas instituições e defendendo as transformações benéficas que visem possibilitar a participação e a aprendizagem de todos os educandos.

A percepção de diferença entre integração e inclusão é fundamental para analisar a proposta vigente nessa pesquisa, onde a inclusão mantém estruturas no âmbito escolar, onde nada é modificado, exigindo que o estudante se adapte às condições já presentes na escola, não modificando a escola para facilitar a adaptação do aluno, já a inclusão disponibiliza a transformação dessas condições limitadas de modo a reflexão e a construção que a escola reconheça essa diversidade como um processo construtivo no desenvolvimento educativo do indivíduo.

A educação inclusiva não pode e nem deve ser confundida como simples oferta de atendimento especializado, mas deve ser vista e reconhecida como uma modalidade de educação escolar articulando o ensino comum com contribuição de eliminação de barreiras e favorecimento do acesso, da participação e da aprendizagem dos alunos em sua totalidade e qualidade, exigindo articulação de políticas públicas, gestão escolar com conhecimento sobre o que fazer, formação docente de qualidade, práticas pedagógicas inovadoras, acessibilidade e serviço de apoio para orientação tanto dos alunos quanto

dos funcionários.

Entretanto, estudos desenvolvidos no campo da Educação Especial ainda evidenciam implementação da perspectiva inclusiva com inúmeras contradições, pois são notórias e relevantes as condições fraquejadas de escolas, de professores sem formação, de gestão mal preparada, e a própria falha do sistema (BUENO, 2001; GLAT; BLANCO, 2007). Dessa maneira, os vários desafios da inclusão não podem ser voltados somente à atuação individual dos professores, culpando-os por não terem feito sua parte corretamente, mas devem ser voltados a um contexto amplo de reflexões e entendimentos relacionados às condições oferecidas pela instituição, e políticas mais humanas.

Nesse estudo, a educação inclusiva foi compreendida como processo político, pedagógico e institucional de desenvolvimento de condições à escolarização, tendo embasamento pelo reconhecimento da diversidade e pelo direito onde todos tenham participação na aprendizagem, permitindo analisar não apenas o acesso do aluno à instituição, mas também as condições concretas que visem possibilitar sua limitação no processo da participação.

2.2 Políticas públicas, racionalidade inclusiva

A discussão acerca da educação inclusiva demanda uma análise de políticas públicas que visam orientar sua implementação, não devendo essas políticas ser compreendidas como instrumento e conjunto de normas que sejam destinadas à organização dos sistemas de ensino, podendo ser analisadas como prática de produção de discursos, saberes, formas de compreensão do indivíduo e organização das instituições escolares.

Segundo as contribuições teóricas de Michel Foucault, nas noções de discurso, de poder, de saber e governo, é possível problematizar os meios pelos quais concepções voltadas à educação, inclusão, deficiência, aprendizagem são constituídas socialmente, tendo nessa perspectiva políticas públicas que participam continuadamente da produção da compreensão dos sujeitos e da organização de suas possibilidades da participação dentro do meio escolar.

É nesse contexto que podemos notar o conceito de discernimento inclusivo, construído e desenvolvido por autores que utilizaram os estudos foucaultianos na área da educação, entre eles Veiga Neto e Lopes (2011). A racionalidade inclusiva pode ser

compreendida como uma forma de organizar o pensamento e as práticas educacionais segundo determinados princípios que definem quem deve ser incluído, de que maneira essa inclusão deve ocorrer e quais comportamentos, aprendizagens e formas de participação são esperados dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a análise não se volta somente ao embasamento de uma política com vias positivas de garantia de direitos, mas também volta-se para a produção dos discursos e das práticas que orientam as condutas dos indivíduos e das escolas, não significando negar a importância da prática política e social da inclusão, mas deixando visíveis os efeitos produzidos pelos discursos constituintes.

De acordo com essa perspectiva, torna-se relevante questionar quais concepções vagas de inclusão são mobilizadas pelas políticas educacionais, compreendendo de que forma esses discursos afetam na organização curricular, nas práticas pedagógicas, nos processos de avaliação e na maneira pela qual os profissionais da educação conseguem compreender os estudantes em sua amplitude.

A análise do raciocínio da inclusão nos permite desfocar de uma perspectiva exclusiva cheia de normas, para uma abordagem crítica em relação aos efeitos de políticas e de discursos educacionais, não se prendendo somente em saber se determinada política vem sendo cumprida, tornando meramente possível investigar quais seriam os saberes e a verdade que são realmente produzidos por essa política, como passar a refletir sobre quais sujeitos ela constitui e quais formas de conduta deverão ser aplicadas para a efetivação da participação e da real valorização dos alunos com deficiências.

Nesse sentido, a investigação da educação inclusiva visa analisar as políticas, discursos especializados, práticas institucionais e experiências educacionais, estabelecendo princípios, categorias, formas de organização e da construção voltadas à compreensão da diferença quando ela é utilizada no espaço escolar.

Essa perspectiva teórica é relevante para o determinado estudo, pois ajudou a analisar a inclusão não como cumprimento de normas legais, mas como um processo que se volta por relações de poder, saberes, significados atribuídos à diferença e à escolarização de crianças da educação especial, voltados a sua individualidade e seu aprendizado.

2.3 Educação Infantil, TEA e os limites da implementação da inclusão escolar

Na rede municipal aqui no município de Guapiara os desafios da inclusão escolar assumem particular complexidade, voltados à educação infantil, visto que essa etapa e modalidade constitui importante marco para o pleno desenvolvimento cognitivo, comunicacional, emocional, social e cultural da criança durante o seu processo de aprendizagem. A participação dos alunos com autismo, na faixa etária de 4 a 5 anos, demanda condições pedagógicas, institucionais e intersetoriais capazes de responder às singularidades da exclusão.

Como sabemos, a educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, desempenhando um papel importante e fundamental no desenvolvimento integral da criança, em suas dimensões que abrangem os aspectos cognitivos, comunicacionais, sociais, afetivos, motores e culturais, garantindo práticas educacionais inclusivas que assumem importância nas experiências vivenciadas nessa fase, onde pode ocorrer uma contribuição para a construção das relações com o conhecimento da criança, tanto do ambiente escolar, quanto com professores, colegas e demais funcionários.

A escolarização de crianças com autismo na educação infantil visa tanto alterações nas práticas pedagógicas que considerem singularidades e o seu direito reconhecido de participar de experiências coletivas oferecidas pela escola, não devendo a inclusão significar um percurso isolado para a criança com autismo, mas deve ser a construção de possibilidades de participação, interação e experiências que são construídas dentro do cotidiano escolar.

Nesse caso, a faixa etária de 4 a 5 anos torna-se significativa por essa fase ser importante no desenvolvimento da linguagem, interação social, autonomia, brincadeira, pois é nesse período que ocorre a construção dos conhecimentos, onde as práticas pedagógicas devem considerar as características únicas das crianças, sem transformar diferenças em obstáculos para a não efetivação da aprendizagem e participação.

A inclusão de crianças autistas enfrenta inúmeros desafios e limites voltados às políticas públicas e condições concretas existentes na rede municipal. Os desafios recorrentes encontram-se através da falta de formação inicial e continuada dos professores AEE e dos professores regentes, bem como a falta de preparação do suporte institucional, a limitação de recursos pedagógicos, a sobrecarga docente, a dificuldade da falta de profissionais qualificados como psicólogo, psicopedagogo para atenderem essa demanda, deixando clara a falta de interesse por parte do sistema.

A formação docente inicial e continuada dos professores constitui relevância

significativa para a construção de práticas inclusivas, mas não podemos pensar e apresentar isso como uma solução isolada, para os diversos problemas encontrados na implementação das políticas de inclusão, mas devemos ter em mente que a formação dos professores é o primeiro passo para ajudar a sanar essas dificuldades. Conforme Bueno (2021), a responsabilização individual do professor pode contribuir de forma eficiente na ocultação de questões estruturais voltadas às condições de trabalho, a questões educacionais e a políticas públicas.

Desta forma, ao observar a inclusão de crianças com autismo devemos considerar articulações e ações voltadas entre a formação docente, as condições institucionais oferecidas, pois é muito importante ter profissionais capacitados, recursos pedagógicos adequados, planejamento, acessibilidade, apoio de especialistas que possam contribuir de forma a desenvolver respostas educacionais mais coerentes com as necessidades que os estudantes demonstram e de que precisam diariamente todos os dias.

Nesse processo, o atendimento educacional especializado com crianças com autismo ocupa um papel de relevância como ligação à escolarização, sem tentar substituir a participação do aluno na sala comum, não transferindo ao atendimento especializado a responsabilidade inteira pelo processo de inclusão, pois a mesma exige ligação entre professor regente e profissionais (AEE), gestão escolar, outros funcionários participantes da escola e a família que também é de extrema importância atuar em parceria com a escola, contribuindo para que o processo educativo considere suas necessidades, individualidades, potencialidades e características.

Evidencia claramente que a articulação intersetorial, além de atender demanda de diferentes formas de acompanhamento à educação, também pode estabelecer diálogo com áreas como a saúde, assistência social, respeitando cada setor a sua função, fazendo essa articulação contribuir para a garantia do direito à educação de forma mais viável e com qualidade ao aluno.

Nessa pesquisa e no seu contexto, encontram-se os desafios relacionados à inclusão de crianças com autismo na educação infantil, sendo os mesmos compreendidos como dimensões envolvidas, como aspectos pedagógicos, formativos, institucionais, políticos, discursivos, permitindo evitar uma interpretação centrada de forma exclusiva na deficiência ou em dificuldades do aluno, mas sim deslocar a análise

para a investigação das condições de escolarização produzidas pela própria política educacional ou pela escola.

Emerge como dimensão central, embora não possa ser compreendida como solução isolada para os problemas da inclusão escolar. Conforme adverte Bueno (2001), a responsabilização individual do professor tende a obscurecer fatores estruturais vinculados ao financiamento educacional, às condições de trabalho, às políticas de gestão escolar e às formas institucionais de organização da escola.

Assim, compreender os processos de inclusão escolar de crianças com TEA exige analisar as relações estabelecidas entre políticas públicas, discursos institucionais, condições de trabalho docente, organização pedagógica e práticas cotidianas produzidas no interior das escolas.

Ao focalizar na rede municipal de ensino de Guapiara, esta investigação busca examinar como tais elementos se articulam nos processos de escolarização de crianças autistas na Educação Infantil, problematizando os desafios, as contradições e as possibilidades que atravessam a materialização da educação inclusiva no contexto municipal.

Desta forma, a inclusão de crianças com autismo pode ser vista como um processo de ultrapassagem da matrícula e da presença na instituição, mas deve envolver participação, aprendizagem, acessibilidade, interação, planejamento pedagógico e identificação da diversidade, pois esses elementos permitirão compreender relações entre políticas com discurso inclusivo, onde ambos deverão contribuir para novas possibilidades da educação inclusiva com qualidade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, com objetivos descritivos, como meio e instrumento de coleta de dados, utilizando como procedimento a pesquisa bibliográfica. Desta forma a escolha da abordagem é necessária pois justifica e ajuda a compreender em profundidade os aspectos relacionados à Educação Especial na perspectiva inclusiva, visando considerar experiências, percepções e práticas que são desenvolvidas dentro do ambiente escolar.

A abordagem qualitativa visa como meta possibilitar o entendimento da compreensão dos fenômenos educacionais partindo de significados que serão atribuídos pelos indivíduos envolvidos, tendo meios de considerar o contexto social e

institucional, desenvolvendo as práticas educativas já existentes.

Essa pesquisa compreende e analisa uma realidade educacional específica, identificando desafios, práticas e possibilidades voltadas ao processo de inclusão.

3.1 Natureza e tipo de pesquisa

Em relação à natureza, a pesquisa será aplicada uma vez, pretendendo produzir conhecimentos voltados a uma situação concreta do contexto educacional, visando contribuir para a reflexão das práticas pedagógicas e os inúmeros desafios encontrados no atendimento dos alunos da Educação Especial.

Quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, utilizando o questionário como instrumento de coleta de dados.

O caráter exploratório relaciona-se com a busca de maior aproximação e compreensão do problema que está sendo investigado, enquanto o caráter descritivo consiste na identificação e na descrição de características como: práticas, dificuldades e possibilidades encontradas no contexto estudado.

Quanto ao procedimento, a pesquisa será desenvolvida em pesquisa bibliográfica.

3.2 Pesquisa bibliográfica

A etapa do artigo será constituída através da pesquisa que ocorrerá de diversas formas como: pesquisa bibliográfica, onde será feita através do levantamento de análises de diversos artigos científicos, sendo feitas observações para a comparação de novos conceitos e conhecimentos, dissertação, teses, documentos oficiais, legislações e diversas outras produções via acadêmica embasadas na Educação Especial e Inclusiva, que visem fornecer informações sobre formação docente, práticas inclusivas, atendimento especializado.

O levantamento das bibliografias terá como base formativa a construção do referencial teórico da pesquisa, fornecendo fundamentos para analisar dados sendo priorizadas produções acadêmicas e documentos normativos relacionados diretamente ao objeto que está sendo investigado.

3.3 Etapas do desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

Etapa 1: delimitação do objeto de pesquisa: definir o problema, objetivo geral e

específicos e o campo teórico voltado à Educação Especial e à Educação Inclusiva.

Etapa 2: Levantamento bibliográfico, identificação, seleção, análise de artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais, voltados ao objeto de estudo.

Etapa 3: Organização dos dados: Os dados coletados serão analisados, comparados, estruturados para análise, buscando estabelecer relações entre os dados coletados e os pressupostos apresentados no referencial da pesquisa.

Etapa 4: Interpretação de resultados: os resultados serão interpretados considerando o problema da pesquisa, os objetivos que foram estabelecidos e as categorias de análise desenvolvidas a partir dos dados.

3.4 Relação entre os objetivos e os procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos serão organizados de forma que possibilitem atender os objetivos específicos da pesquisa proposta.

O levantamento bibliográfico terá como meta permitir identificação dos conceitos, fundamentos legais e contribuições teóricas voltadas à Educação inclusiva e à Educação Especial, onde a observação permitirá analisar aspectos do cotidiano escolar, relacionados às práticas de inclusão, onde a articulação dos dados bibliográficos permitirá realizar uma análise contextualizada do fenômeno que está sendo investigado.

3.5 Procedimentos de análise de dados

Os dados conseguidos por meio de questionário e observações dos conteúdos serão analisados segundo os pressupostos metodológicos de Bardin (2011), onde a análise compreenderá três etapas: pré-análise, exploração do material pesquisado e tratamento dos resultados voltados à inferência e interpretação.

Na fase da pré-análise, ocorrerá a organização da leitura inicial e do material já com produção de análise.

Na fase e na etapa de exploração serão identificados registros e categorias temáticas, voltadas aos objetivos de pesquisa. Portanto, no tratamento e na interpretação dos resultados serão estabelecidas relações entre as categorias visando buscar recorrências, aproximações, diferenças e aspectos próximos relevantes e presentes nos discursos e nas situações já observadas, possibilitando compreender criticamente o processo de inclusão no ambiente escolar investigado.

Desta forma, a metodologia proposta busca promover coerência entre o

problema da pesquisa, os objetivos, os procedimentos de coleta e análise dos dados, garantindo as discussões sobre as ações inclusivas e qual o lugar destinado à educação especial nessa discussão, garantindo também o respeito aos princípios éticos necessários à realização da pesquisa no contexto educacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da educação inclusiva precisa ser visto com muita atenção, pois é um tema que deve ser visto com responsabilidades e compromissos de todos os envolvidos da sociedade como: gestão pública, funcionários da educação, instituições de ensino e demais profissionais que estão atuando diretamente com crianças especiais. No decorrer e ao longo desse estudo, foi importante compreender que incluir não significa necessariamente dizer e garantir a matrícula da criança na escola, mas oferecer meios e condições para que ela participe e se envolva diretamente nas atividades de forma sociável na interação com os colegas, desenvolvendo suas habilidades e tendo suas necessidades respeitadas. Na Educação Infantil, dentro desse contexto com crianças de 4 a 5 anos, a inclusão precisa ser diariamente e acontecer repentinamente através de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças contribuindo para o desenvolvimento de cada criança. Enfim, ainda vale lembrar que existem muitos fatores e desafios que dificultam a construção desse processo, como a falta de formação específica para todo o quadro escolar e não somente para o docente, a ausência de materiais adaptados, as limitações dos espaços escolares e a necessidade de maior apoio por parte da gestão pública.

Na rede municipal de Guapiara, é necessário pensar, refletir e se criar meios satisfatórios para a verdadeira implementação de uma educação inclusiva. Nesse caso, é muito importante deixar de lado o que está somente no papel, para voltar-se à realidade dentro do ambiente escolar, tendo como base a necessidade de reflexão de que cada discente tem o seu limite, suas restrições e o seu tempo de aprendizagem, se tornando ser único em sua individualidade e no seu desenvolvimento. Sendo assim, o indivíduo não pode ser visto que todos terão o mesmo desenvolvimento, mas é preciso compreender que cada um tem uma maneira diferente, não podendo ser aceito que cada indivíduo aprende de forma igualitária.

Portanto, para que aconteça a inclusão que tanto se almeja é importante fazer investimentos na formação dos profissionais e melhorar as condições de trabalho,

fortalecendo o acompanhamento pedagógico.

A construção de uma educação justa e mais igualitária se dá por meio de medidas eficazes, onde o avanço dessa construção só ocorrerá através da implementação de medidas vulneráveis para alavancar a educação inclusiva que não desconsidere direitos, mas que se volte para uma educação justa, acolhedora, acessível e fundamentada na igualdade.

Portanto, investir na formação dos funcionários da educação é melhorar as condições de trabalho, fortalecendo o acompanhamento pedagógico do bom desempenho das crianças com necessidades especiais. É necessário esse tipo de medida para que haja um avanço significativo, na possibilidade de construir uma educação mais próxima à igualdade, se tornando mais justa, acolhedora e acessível, deixando as barreiras de lado e sendo compreendida como um compromisso permanente de todos, onde seja garantida a todas as crianças a oportunidade de aprender, brincar, conviver e se desenvolver com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. **Inclusão social e municipalização**. Em E. Manzini (Org), Educação especial: temas atuais (pp. 1-9). UNESP- Marília Publicações, 2000.

BRASIL. ECA**. Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n.8069

BRASIL. Lei 10.172/01 – **Aprova o plano Nacional de Educação**

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994.

BRASIL. **Desafios da Educação Especial**, da Secretaria de Educação Especial- SEESP/ MEC, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação, **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de Educação Especial: área de altas habilidades**. Brasília: MEC/ SEESP, 1995

BRASIL, Ministério da Educação. É**tica e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.** Lúcia Helena Lodi (coord). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.

BRASIL. DECRETO 3.298/ 99 **Regulamenta a lei 7.853, de 24 de outubro de 1.989, dispõe sobre a política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providên**cias.

BRASIL. PARECER CNE/ CEB n.17/ 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação**

Especial na Educação Básica.

NOYA, Carolina Pereira ET AL. **A produção de práticas discursivas no campo de Educação Especial no contexto da racionalidade Inclusiva**. Série – Estudos do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

CAVALCANTE, Gledson Freire, ET AL. **Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas Educacionais**